

A REVISTA CADERNOS DO/PARA O PROFESSOR COMO ARQUIVO DA HISTÓRIA E ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA (1993–2024)¹

THE JOURNAL CADERNOS DO/PARA O PROFESSOR AS AN ARCHIVE OF HISTORY AND A SPACE FOR THE CONSTRUCTION OF SPECIAL EDUCATION POLICIES IN THE MUNICIPAL SCHOOL SYSTEM OF JUIZ DE FORA (1993–2024)

LA REVISTA CADERNOS DO/PARA O PROFESSOR COMO ARCHIVO DE HISTORIA Y ESPACIO PARA CONSTRUCCIÓN DE POLÍTICAS DE EDUCACIÓN ESPECIAL EN EL SISTEMA MUNICIPAL DE ENSEÑANZA DE JUIZ DE FORA (1993–2024)

Raquel Xavier Grazzinoli², <https://orcid.org/0009-0002-2155-7185>

Rodolfo Luís Leite Batista³, <https://orcid.org/0000-0002-3301-2441>

Victor Cristian Pereira de Sousa⁴, <https://orcid.org/0009-0006-5489-7759>

Resumo:

Este artigo analisa a Revista Cadernos do/para o Professor como arquivo histórico e espaço de construção das políticas de educação especial na rede municipal de ensino de Juiz de Fora, no período de 1993 a 2024. O estudo tem como objetivo compreender como o periódico registrou, historicizou e participou da constituição das políticas inclusivas ao longo de três décadas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza histórico-documental, que examina 51 edições da revista por meio de análise temática documental e perspectiva discursiva. Os resultados evidenciam a passagem de concepções vinculadas ao modelo clínico e à integração escolar para discursos alinhados ao paradigma inclusivo, à acessibilidade, ao atendimento educacional especializado e ao reconhecimento da diversidade humana. Conclui que o periódico constitui fonte relevante para a preservação da memória institucional da educação especial em Juiz de Fora, atuando como dispositivo formativo, político e memorialístico na consolidação das políticas educacionais inclusivas.

Palavras-chave: educação especial; educação inclusiva; História da Educação; política educacional; memória institucional.

¹ A pesquisa foi desenvolvida no âmbito da Faixa A dos Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica, vinculada ao XXXIII Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao XXXVII Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Juiz de Fora (BIC/UFJF) e ao VIII Programa de Voluntariado de Iniciação Científica (VIC), edição 2024/2025. Contou com a participação de um bolsista de Iniciação Científica e integra pesquisa de doutorado em andamento.

² Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil; qxgrazzinoli@gmail.com

³ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil; rodolfo11b@ufjf.br

⁴ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil; victorcristian60@gmail.com

Abstract:

This article analyzes the journal *Cadernos do/para o Professor* as a historical archive and a space for the construction of special education policies in the municipal school system of Juiz de Fora, from 1993 to 2024. The study aims to understand how the journal recorded, historicized and participated in the constitution of inclusive policies over three decades. It is a qualitative, historical-documentary study that examines 51 issues of the journal through documentary thematic analysis and a discursive perspective. Findings show a shift from conceptions linked to the clinical model and school integration toward discourses aligned with the inclusive paradigm, accessibility, specialized educational assistance and the recognition of human diversity. It concludes that the journal constitutes a relevant source for preserving the institutional memory of special education in Juiz de Fora, acting as a formative, political and memorial device in the consolidation of inclusive educational policies.

Keywords: special education; inclusive education; History of Education; educational policy; institutional memory.

Resumen:

Este artículo analiza la revista *Cadernos do/para o Professor* como archivo histórico y espacio de construcción de las políticas de educación especial en la red municipal de enseñanza de Juiz de Fora, entre 1993 y 2024. El estudio tiene como objetivo comprender cómo el periódico registró, historizó y participó en la constitución de las políticas inclusivas a lo largo de tres décadas. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter histórico-documental que examina 51 ediciones de la revista mediante análisis temático documental y perspectiva discursiva. Los hallazgos evidencian el paso de concepciones vinculadas al modelo clínico y a la integración escolar hacia discursos alineados con el paradigma inclusivo, la accesibilidad, la atención educativa especializada y el reconocimiento de la diversidad humana. Concluye que la revista constituye una fuente relevante para la preservación de la memoria institucional de la educación especial en Juiz de Fora, actuando como dispositivo formativo, político y memorialístico en la consolidación de las políticas educativas inclusivas.

Palabras clave: educación especial; educación inclusiva; Historia de la Educación; política educativa; memoria institucional.

Introdução

A história das políticas de Educação Especial na rede municipal de ensino de Juiz de Fora constitui um campo pouco documentado e, ao mesmo tempo, fundamental para compreender como se consolidaram as práticas que, desde os anos 1990, buscaram tensionar modelos hegemônicos de normalidade e produzir deslocamentos rumo a uma escola comprometida com a diversidade humana. Essa lacuna histórica evidencia a necessidade de uma investigação que reconstrua analiticamente os percursos e transcurso espaço-temporais que configuraram esse processo. O presente estudo emerge, portanto, da urgência de registrar, interpretar e compreender como se forjou, no município, uma política de Educação Especial alinhada ao

paradigma inclusivo, dialogando com os movimentos internacionais, nacionais e locais que, ao longo de três décadas, influenciaram escolhas, resistências e avanços das ações municipais.

A gênese deste trabalho está intrinsecamente ligada à trajetória da primeira autora, cuja vivência profissional na rede municipal desde 1998 contribuiu para a problematização das práticas pedagógicas excludentes que, ainda no final do século XX, reproduziam modelos meritocráticos, homogêneos e alinhados ao arbitrário cultural elitista denunciado por Bourdieu (2007). As inquietações originadas no cotidiano escolar impulsionaram o ingresso em formações acadêmicas e especializações voltadas para a compreensão do desenvolvimento humano, dos fundamentos histórico-culturais e das bases teóricas da educação inclusiva. Essa experiência ampliou a percepção sobre as dimensões éticas e políticas que atravessam o trabalho docente e sedimentou o questionamento que deu origem ao presente estudo: como se constituiu historicamente a política municipal de Educação Especial na perspectiva da inclusão?

Ao longo de mais de duas décadas de atuação, tornou-se evidente que a construção das políticas inclusivas em Juiz de Fora foi marcada por iniciativas pioneiras, muitas das quais antecederam legislações nacionais, como a criação dos serviços de Educação Especial, a estruturação de salas-polo, a implementação dos Programas Especializados de Atendimento à Criança Escolar (PEACE), dos Núcleos Especializados de Atenção à Criança Escolar (NEACE), bem como a organização dos Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) e das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) nas escolas, e posteriormente a oferta do Professor de Apoio. Tais ações, embora estruturantes, permaneceram sem registro sistematizado, fragmentadas na memória dos sujeitos que as vivenciaram ou estão dispersas em documentos de difícil acesso.

A ausência de documentação oficial confere ainda maior relevância ao resgate histórico aqui proposto, que assume, metodologicamente, o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989) como alternativa para reconstruir, por meio de vestígios, narrativas e enunciados, os sentidos atribuídos a cada movimento realizado pela rede municipal ao longo do período estudado.

Nesse processo de reconstrução, destaca-se a *Revista Cadernos do/para o Professor*⁵ como fonte histórica privilegiada, uma vez que suas edições registram práticas, discursos,

⁵ O nome *Cadernos para o professor* foi adotado em 1993 e seguiu até 2004, quando passou a chamar-se *Cadernos do professor* no número 14 da revista, mantendo-se com esse título até o final de 2012. Em 2013, retomou o título

políticas e concepções veiculadas pelos profissionais da rede municipal desde 1993. Embora não tenha sido criada com o objetivo explícito de documentar a trajetória da Educação Especial, a revista constituiu, e ainda constitui, um espaço de circulação de saberes docentes, de sistematização de experiências pedagógicas e de divulgação das ações empreendidas pela Secretaria Municipal de Educação. Assim, o periódico materializa uma história institucional dispersa, que permite compreender como a rede dialogou com os paradigmas da integração, da diversidade e, posteriormente, da inclusão escolar. Analisar seus conteúdos significa, portanto, acessar camadas históricas que elucidam como as políticas foram concebidas, ajustadas e reinterpretadas ao longo do tempo.

Entre 1993 e 2024, foram publicados 51 volumes, que abarcam edições regulares e edições especiais dedicadas a temas específicos, incluindo a Educação Especial, a Educação Inclusiva, tecnologias, artes e outras áreas consideradas estratégicas pela Secretaria. Essas edições não apenas refletem temas prioritários de cada gestão, elas também evidenciam marcos da política educacional do município. A mudança de layout, a alteração no título da revista, a inclusão de artigos acadêmicos, a indexação em repositórios nacionais e a adoção de ISSN físico e digital demonstram processo contínuo de institucionalização e profissionalização da publicação. Cada uma dessas transformações dialoga com contextos históricos mais amplos, permitindo compreender como a rede municipal se apropriou de orientações nacionais e internacionais para reformular suas práticas.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo analisar, de forma sistemática e historicamente situada, as edições da Revista Cadernos do/para o Professor no que se refere à construção, expansão e consolidação das políticas de Educação Especial na rede municipal de ensino de Juiz de Fora. A pesquisa concentra-se no levantamento e análise documental do periódico, buscando compreender como suas páginas registram e reinterpretam o movimento institucional da rede ao longo de três décadas. Resgatar essa história é um ato de resistência frente aos riscos de apagamento e fragilização das conquistas inclusivas. Afinal, como afirma Freire (1979; 1996), todo futuro ancora-se no que fomos capazes de preservar como memória e como compromisso histórico.

original *Cadernos para o professor* na revista de número 25 e mantém esse título até os dias atuais (Miranda, 2019). Ao analisar as revistas, percebemos que a cada gestão da prefeitura municipal e, conseqüentemente, da secretaria de educação, ocorreram mudanças no layout, de títulos e de concepções e sentidos no que se refere às temáticas educacionais em seus editoriais.

Na sequência, apresenta-se o percurso metodológico adotado para a análise documental das edições da Revista *Cadernos do/para o Professor* (1993–2024), com foco nos modos pelos quais as políticas de Educação Especial foram registradas, representadas e historicamente configuradas no periódico. Esse objetivo é orientado por duas questões principais: i) como a *Revista Cadernos do/para o Professor* registra, ao longo de 1993–2024, a construção das políticas de Educação Especial na rede municipal de Juiz de Fora? ii) Que mudanças conceituais e político-pedagógicas sobre Educação Especial podem ser identificadas nas edições da revista ao longo desse período?

A inclusão das pessoas com deficiência no processo educativo

A inclusão das pessoas com deficiência na educação constitui um campo teórico e político que se desenvolveu de forma complexa ao longo das últimas décadas, acompanhado por profundas mudanças nas concepções de sujeito, aprendizagem, desenvolvimento humano e direitos sociais. Essa trajetória é marcada pela superação gradual de modelos segregadores, orientados por concepções biologizantes e assistencialistas, em direção ao paradigma inclusivo, que entende a diversidade como constitutiva da condição humana e reconhece a escola regular como espaço legítimo de todos. A transição entre esses modelos é fundamental para compreender como os sistemas educacionais vêm reconfigurando suas práticas, políticas e discursos, especialmente quando analisados por meio de registros institucionais, como revistas pedagógicas e documentos oficiais (Santos, 2005; Pletsch, 2014).

Historicamente, a educação das pessoas com deficiência no Brasil foi atravessada por práticas de exclusão baseadas no ideário de normalização. No século XX, predominavam concepções pautadas na reabilitação e na adaptação dos sujeitos aos padrões hegemônicos de escolarização, em acordo com a lógica médico-clínica, refletida na legislação e nas práticas educativas. Como destaca Patto (2015), a escola brasileira reproduziu, por muitos anos, mecanismos de culpabilização dos estudantes, interpretando dificuldades de aprendizagem como indicadores de anormalidade e justificando a segregação. Essa perspectiva legitimou o processo de segregação a partir da criação de instituições especializadas e da marginalização de estudantes considerados *inaptos* para o ensino comum.

Esse processo histórico consolidou diferentes formas de interpretação da deficiência, entre as quais se destacam o modelo clínico e o modelo social. O primeiro esteve associado à lógica da correção, da normalização e da adaptação do sujeito. O segundo deslocou a análise para as barreiras sociais, institucionais e atitudinais que limitam a participação das pessoas com deficiência. Patto (2015) e Bourdieu (2007) mostram como essa lógica se articula a mecanismos de culpabilização, classificações patologizantes e práticas escolares que reforçam exclusão e marginalização, sustentadas por uma visão hierarquizante de *normalidade*. Essa perspectiva reduz a pessoa à sua condição biológica, ignora o papel do contexto e legitima intervenções centradas na correção, no treinamento e na reabilitação.

Em contraponto, o modelo social de deficiência, desenvolvido por estudiosos com base no pensamento de Vigotski (2017), ao diferenciar deficiência primária e secundária, e aprofundado por autores dos Estudos da Deficiência, como Tom Shakespeare (2006) e Michael Oliver (1990), defende que a deficiência é produzida socialmente por barreiras físicas, simbólicas e atitudinais. Nesse paradigma, não é o corpo que impede a participação, mas a forma como a sociedade organiza seus espaços, normas e expectativas. Assim, o modelo social de deficiência reivindica a diversidade como valor, rompe com o capacitismo e convoca transformações estruturais no ambiente escolar e social para garantir participação, pertencimento e aprendizagem em condições de equidade.

A ruptura com esse modelo intensificou-se a partir das últimas décadas do século XX, quando movimentos sociais, debates internacionais e pesquisas acadêmicas passaram a defender a educação como direito humano inalienável. Documentos, como a Declaração Mundial de Educação para Todos, de Jomtien (WCEFA, 1990), e a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), tornaram-se referências globais, ao afirmarem que os sistemas educacionais devem se adaptar às necessidades dos alunos, e não o contrário. Esses marcos introduziram e consolidaram o conceito de *necessidades educacionais especiais* como eixo orientador das políticas inclusivas e inauguraram uma nova agenda, na qual a exclusão passou a ser interpretada como consequência das barreiras impostas pelos sistemas, e não das características individuais dos estudantes.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), e posteriormente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), bem como o Decreto nº 6.949, que promulga a

Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, constituem marcos que reafirmam o direito das pessoas com deficiência à matrícula na escola comum e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) (Brasil, 1988; 1996; 2008; 2009). Esses documentos introduzem a noção de que a inclusão demanda ações envolvendo currículo acessível, acessibilidade, formação docente e reorganização institucional. O reconhecimento legal, contudo, não elimina automaticamente práticas excludentes. Ao contrário, expõe tensões entre normas e realidades escolares, exigindo análises históricas e documentais que permitam compreender as formas pelas quais políticas são interpretadas e implementadas localmente.

A perspectiva histórico-cultural, especialmente os estudos de Vigotski (2017), constitui suporte teórico para compreender a inclusão como fenômeno sociocultural, não meramente biológico. O desenvolvimento humano é produto de relações sociais e culturais, e a deficiência, enquanto fenômeno primário, torna-se menos determinante do que as barreiras secundárias produzidas pelas condições sociais. A escola inclusiva, portanto, deve atuar na transformação das condições de aprendizagem, criando mediações que potencializem o desenvolvimento e reconheçam a singularidade como fonte de aprendizagem.

Nessa mesma direção, autores contemporâneos, como Mantoan (2003), argumentam que a inclusão escolar exige deslocamento ético e epistemológico profundo. Assim, ao invés de adequar o estudante à escola, deve-se reconfigurar práticas pedagógicas e relações institucionais para garantir participação, aprendizagem e pertencimento. A inclusão não se resume a garantir acesso físico, mas envolve promover condições efetivas para que todos aprendam juntos, em contextos que valorizam a diversidade humana como princípio e como prática. Essa mudança de paradigma pressupõe currículo acessível, acessibilidade nos tempos e espaços e superação de concepções cristalizadas sobre deficiência e normalidade.

Em paralelo, pesquisas brasileiras têm destacado que o paradigma inclusivo enfrenta disputas simbólicas nos cotidianos escolares, frequentemente atravessadas por resistências, concepções capacitistas e permanências históricas de práticas segregadoras. Alguns estudos, como de Pletsch (2014), evidenciam que políticas inclusivas, embora avançadas no campo normativo, dependem das condições concretas de trabalho, formação docente e reconhecimento institucional da diversidade. A formação continuada, nesse sentido, torna-se

eixo para transformar práticas e consolidar políticas, especialmente quando articulada a espaços coletivos de reflexão e produção de conhecimento.

A inclusão das pessoas com deficiência no processo educativo, então, não se limita à adoção de práticas pontuais, mas exige a consolidação de um projeto pedagógico e social que reconheça a diversidade humana como base da escolarização. O deslocamento do modelo clínico para o modelo social de deficiência, aliado aos marcos legais e às contribuições teóricas da perspectiva histórico-cultural e dos Estudos da Deficiência, reposiciona a escola como espaço de transformação das condições que historicamente produziram exclusões. Nesse cenário, documentos educacionais, como revistas institucionais, materiais formativos e registros pedagógicos revelam como discursos, práticas e políticas inclusivas são apropriados e reinterpretados ao longo do tempo.

Percurso metodológico

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, fundamentado na análise histórico-documental das edições da *Revista Cadernos do/para o Professor*, publicadas pela Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora no recorte histórico de 1993 e 2024. A escolha desse *corpus* justifica-se pela relevância do periódico como um dos únicos registros contínuos das ações, concepções e políticas educacionais da rede municipal, especialmente no tocante à Educação Especial. Diferentemente de documentos normativos, a revista materializa práticas, discursos, posicionamentos institucionais e processos formativos, tornando-se um arquivo privilegiado para compreender as transformações do paradigma da inclusão ao longo de três décadas (Gil, 2010).

O método adotado inspira-se no paradigma indiciário, conforme proposto por Ginzburg (1989), que orienta a reconstrução histórica por meio de vestígios, fragmentos e pistas contidas nos documentos. Esse enfoque é particularmente pertinente, diante da reconhecida escassez de registros formais sobre a história da Educação Especial no município (Franklin, 2004; Carvalho, 2018; Aguiar; Leonardi; Peres, 2021, entre outros). Assim, cada edição da revista foi tratada como uma fonte indiciária, capaz de revelar tanto informações explícitas quanto elementos implícitos sobre processos políticos, mudanças conceituais, disputas simbólicas e modos de operação da rede municipal.

O *corpus* de pesquisa compreende 51 edições, que compreendem 44 números regulares e 7 edições especiais que abordam, direta ou indiretamente, temáticas relacionadas à Educação Especial e Inclusão. O processo de constituição do *corpus* envolveu o levantamento das versões digitais disponíveis no *site* da Prefeitura e a consulta às versões impressas recuperadas por campanhas de recolhimento realizadas em anos anteriores. Todas as edições foram catalogadas cronologicamente, com identificação prévia de mudanças significativas no layout, na estrutura editorial, na natureza dos textos publicados e no vocabulário utilizado, permitindo a delimitação de fases históricas (1993–1999, 2000–2003, 2004–2011, 2012–2024).

O Quadro 1 apresenta as edições e os artigos analisados, considerando o recorte dos textos em que a educação especial, a educação inclusiva, a deficiência ou temas correlatos aparecem de forma direta ou indireta.

Quadro 1 – Volumes analisados que tratam da Educação Especial, Inclusão ou Deficiência

Revista	Artigo	Autoria	Conteúdo
1. Revista nº 4 – 1994	Caminhos e possibilidades da Educação Física para portadores de deficiência	Sandra Visentin	Relato de trabalho na APAE/JF; enfoques na socialização, integração e adaptação; paradigma da integração.
2. Revista nº 7 – 1998	Dança Inclusiva	Edna Christine Moraes	Parceria SME/Esportes; integração de alunos com e sem deficiência.
	Sob um contexto lúdico	Maria Cristina Ferreira e Aragão	Oficina Expressão e Arte (APAE/JF).
	Nota institucional	Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora (SME/JF)	Capacitação de professores para deficiência auditiva, visual, mental e paralisia cerebral; escolas polo.
3. Revista nº 9 – 1999	Documento Síntese do Projeto “A escola que a gente quer”	Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora (SME/JF)	Primeira menção à necessidade de Centros de Atendimento Especializado.
4. Revista Especial – 2000 (Escola do Caminho Novo)	Texto de abertura	Diva Sarmento	Emergência da agenda inclusiva.
	Histórico do SEE	Margareth Moreira	Criação do PREV, PEACE, Oficina de Arte, formações e dados de matrícula.
5. Revista nº 11 – 2000	Na escuridão, uma luz	Luciane Nobre	História da E.M. Cosette de Alencar e riscos da segregação (salas especiais).
6. Revista nº 12 – 2001	Proposições da Secretaria para 2001–2004	Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora (SME/JF)	Continuidade das políticas de inclusão; ampliação do atendimento; fortalecimento do suporte às dificuldades de aprendizagem.

7. Revista nº 13 – 2001	Diretriz 1 – Inclusão social e acesso	Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora (SME/JF)	Expansão de núcleos (PEACE), limitação de alunos por turma, ampliação do atendimento educacional especializado.
8. Edição Especial – 2003 (Escola Pública Municipal)	Câmara Temática – Educação Especial	Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora (SME/JF)	Descreve a estrutura da política, incluindo o Programa de Educação Inclusiva e supervisões.
9. Edição Especial – 2004 (Educação Inclusiva: Direito à Diversidade)	História da Educação Especial em JF	Tânia Franklin	Apresenta os principais marcos e ações que estruturaram a Educação Especial em Juiz de Fora desde os anos 1990.
	Relato Escola Núbia P. Magalhães/CAIC	Iza Gomes da Cunha Chain e Andréa Barros de Souza Barros	Descrevem o projeto de inclusão de alunos com paralisia cerebral na E.M. Núbia P. Magalhães/CAIC entre 1995 e 1997.
	PPP da E.M. José Calil Ahouagi	Andréa Borges de Medeiros	Apresenta o PPP da E.M. José Calil Ahouagi, destacando a organização da escola a partir da diversidade, da equidade e da ampliação das oportunidades de participação dos estudantes.
	Escola e Diversidade	Luciana Aparecida de Oliveira	Discute a importância de reconhecer e valorizar as diferenças na escola, defendendo práticas alinhadas ao paradigma inclusivo.
10. Edição Especial – 2005 (Educação Inclusiva: Formação de Gestores e Educadores)	Discutindo a Educação Infantil Inclusiva	Sarah Santos	Analisa desafios da Educação Infantil Inclusiva, evidenciando barreiras atitudinais, falta de formação docente e práticas ainda centradas no paradigma clínico.
	As relações de ensinar e aprender	Rachel Gomes Lau	Discute como as relações sociais e pedagógicas influenciam as dificuldades de aprendizagem, criticando interpretações medicalizantes e defendendo práticas escolares mais inclusivas.
11. Editorial Especial – 2008/2009	Educação Inclusiva: Direito à Diversidade	Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora (SME/JF)	Fortalecimento da política; atendimento a alunos surdos; continuidade dos CAEE e formações.
12. Revista nº 22 – 2011 (Edição Especial Inclusão)	Da lei ao fazer pedagógico	Mariana Rocha Fontes	Analisa como a E.M. Fernão Dias Paes implementa a educação inclusiva, articulando práticas pedagógicas ao NEACE para garantir participação e aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

13. Revista nº 29 – 2015	A igualdade de oportunidades e a surdez	Gabriel Pigozzo Tanus Chep Martins	Discute a construção histórica da educação de surdos na rede municipal e apresenta ações e orientações da SAEDI para garantir igualdade de oportunidades aos estudantes surdos.
14. Revista nº 32 – 2016	Bidocência na perspectiva da inclusão	Catarina Xavier Martins e Virgínia Coeli Bueno Matias	Analisa a implementação da bidocência na rede municipal de Juiz de Fora, destacando seu papel no apoio aos alunos público-alvo da Educação Especial e os desafios enfrentados pelos professores na consolidação de práticas inclusivas.
15. Revista nº 35 – 2018	AEE: formação e prática docente	Vanessa da Silva Carvalho	Trata sobre a formação do professor responsável pelo serviço de Atendimento Educacional Especializado e como isso impacta em suas concepções e práticas.
16. Revista nº 41 – 2021	A prática da inclusão através da audiodescrição	Fludualdo Talis de Paula, Maraiza Marja Gomes da Costa e Rita de Cássia Matheus Carvalho	Apresenta o trabalho de audiodescrição desenvolvido na rede municipal, destacando sua importância como recurso de acessibilidade para estudantes cegos ou com baixa visão.
17. Revista nº 46 – 2023 (Edição 30 anos)	História das Políticas de Educação Especial em JF	Raquel Xavier Grazzinoli	Apresenta um panorama histórico das políticas de Educação Especial em Juiz de Fora, evidenciando avanços, iniciativas pioneiras e a consolidação dos serviços inclusivos ao longo das décadas.
	Cadernos para o Professor: 30 anos	Marilane Oliveira Venâncio e Quênia Adriana de Alcântara	Analisa os 30 anos da revista Cadernos para o Professor, destacando seu papel como instrumento de formação continuada, registro histórico e circulação de saberes na rede municipal de ensino.

Fonte: elaboração própria.

Notas: AEE – Atendimento Educacional Especializado; CAEE – Centro de Atendimento Educacional Especializado; E.M. – Escola Municipal; JF – Juiz de Fora; NEE – Necessidades Educacionais Especiais; PCD – Pessoa com Deficiência; PEACE – Programa Especializado de Atenção ao Escolar; PREV – Programa de Educação Visual; PSE – Programa Saúde na Escola; SEE – Serviço de Educação Especial; SME/JF – Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora; SRM – Sala de Recursos Multifuncionais; TEA – Transtorno do Espectro Autista; TGD – Transtornos Globais do Desenvolvimento.

Para a análise, utilizou-se a análise temática documental combinada a procedimentos da análise discursiva de orientação bakhtiniana (Bakhtin, 1981; 2003), compreendendo cada texto como enunciação situada em um contexto sociopolítico específico. As leituras foram organizadas a partir de descritores historicamente contextualizados, tais como “educação especial”, “educação inclusiva”, “deficiência”, “necessidades especiais”, “excepcionais” e “condutas típicas”. Essa estratégia permitiu captar, além do conteúdo explícito das publicações, também as mudanças terminológicas e epistemológicas ao longo do tempo, entendidas como indicadores da evolução dos paradigmas educacionais.

A categorização dos dados seguiu três eixos analíticos: (a) registros de políticas, serviços e ações institucionais voltadas para a Educação Especial; (b) discursos pedagógicos e conceituais que revelam compreensões de deficiência, diversidade e inclusão; e (c) transformações históricas do periódico enquanto instrumento formativo e político. Cada unidade de registro encontrada nas edições foi analisada considerando o contexto temporal, as orientações nacionais vigentes e os marcos internacionais que influenciaram a política municipal. Tal organização permitiu traçar articulações entre produção local, movimentos nacionais e tendências internacionais.

A interpretação dos achados foi conduzida segundo o princípio de que documentos não são espelhos da realidade, mas práticas discursivas que produzem sentidos, como afirmam Aguiar, Leonardi e Peres (2021). Assim, o objetivo não é reconstituir uma história linear, mas compreender como a revista construiu representações da Educação Especial, como legitimou práticas e políticas e como registrou as transições paradigmáticas do município. Essa metodologia possibilitou analisar a revista como artefato histórico e político, essencial para compreender a constituição da Educação Especial na perspectiva inclusiva em Juiz de Fora.

Análise e discussão dos registros da Educação Especial na *Revista Cadernos do/para o Professor*

A análise das edições da *Revista Cadernos do/para o Professor* (1993–2024) evidencia que o periódico desempenhou papel central na constituição, circulação e consolidação das políticas de Educação Especial na rede municipal de Juiz de Fora. Ao longo de três décadas, os volumes analisados revelam, de forma progressiva, a transição de concepções vinculadas ao modelo clínico e à lógica da integração para abordagens alinhadas ao paradigma inclusivo, articulado aos marcos nacionais e internacionais da educação. Essa mudança não ocorreu de forma linear, mas

por meio de rupturas, permanências, tensões conceituais e reformulações políticas que podem ser observadas no modo como a revista apresenta discursos, práticas e registros institucionais em diferentes períodos.

Seguindo nossa perspectiva analítica pautada nas categorias (a) registros de políticas, serviços e ações institucionais; (b) discursos pedagógicos e conceituais; e (c) transformações históricas do periódico; apresentamos o seguinte Quadro:

Quadro 2 – Quadro analítico da *Revista Cadernos do/para o Professor* (1993–2024)

Categoria	O que aparece na revista	Exemplos de volumes
(a) Registros de políticas, serviços e ações institucionais	Criação e expansão do SEE, PEACE, PREV, CAEE, Salas de Recursos, formações, programas e ações municipais ligados à Educação Especial.	Nº 7 (1998), Nº 9 (1999), Especial 2000, Especial 2003, Especial 2004/2005, Nº 22 (2011), Nº 35 (2018), Nº 41 (2021), Nº 46 (2023)
(b) Discursos pedagógicos e conceituais sobre deficiência, diversidade e inclusão	Mudança de concepções do modelo clínico ao modelo social de deficiência; reflexões sobre práticas inclusivas, diversidade, dificuldades de aprendizagem e relações pedagógicas.	Nº 4 (1994), Nº 7 (1998), Especial 2000–2005, Nº 29 (2015), Nº 32 (2016), Nº 41 (2021), Nº 46 (2023)
(c) Transformações históricas do periódico como instrumento formativo e político	Evolução do formato, título, layout, indexação e função formadora; reconhecimento da revista como registro histórico e espaço de resistência educativa.	Nº 0–3 (1993–1994), mudança de título em 2004, retomada em 2013, Nº 37 (2019), Nº 46 (2023)

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 2 sintetiza os achados da pesquisa a partir das três categorias definidas na metodologia. A primeira reúne registros de políticas, serviços e ações institucionais voltadas à Educação Especial, evidenciando a função da revista como arquivo das iniciativas municipais. A segunda destaca discursos pedagógicos e conceituais sobre deficiência, diversidade e inclusão, permitindo observar deslocamentos do modelo clínico para perspectivas inclusivas. A terceira evidencia as transformações do próprio periódico, compreendido como instrumento formativo, político e memorialístico. Assim, o Quadro 2 orienta a análise sobre o papel da revista na consolidação da Educação Especial na perspectiva inclusiva no município.

Os próximos parágrafos identificam os períodos históricos pelos quais a revista passou e as principais discussões empreendidas pelas pesquisas publicadas. Nos anos iniciais (1993–1999), a revista reflete um momento de emergência das discussões sobre Educação Especial no município, no qual predominavam referências ao paradigma da integração. Os artigos desse

período, como o relato de Visentin (1994) ou o de Moraes (1998), enfatizam a adaptação do aluno ao ambiente escolar e a necessidade de socialização em grupos específicos, expressando, ainda, uma compreensão biologizante de deficiência. A articulação com instituições como a APAE/JF e a abordagem centrada em *adequações necessárias* revelam a presença do modelo clínico como eixo estruturador das práticas. Entretanto, mesmo nesse cenário, já surgem indícios de um movimento nascente rumo à inclusão, com a criação do Serviço de Educação Especial em 1993 e a identificação precoce da necessidade de Centros de Atendimento Especializado (Juiz de Fora, 1999).

A partir dos anos 2000, torna-se perceptível uma inflexão no discurso institucional. As edições especiais de 2000, 2003 e 2004 trazem registros sistematizados das ações do município, como a ampliação das formações, a estruturação dos programas PEACE e Programa de Reabilitação e Estimulação Visual (PREV) e a institucionalização das Salas de Recursos. Esses textos revelam o alinhamento da rede municipal às diretrizes internacionais, especialmente após a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), e prefiguram as orientações que seriam consolidadas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). A revista torna-se, nesse período, um espaço para difundir a concepção de escola para todos, evidenciada nos textos de Sarmento (2000), Moreira (2000), Franklin (2004) e nos relatos de experiências escolares, que passaram combinar formação docente, currículo acessível e práticas de cooperação pedagógica.

O período de 2004 a 2011 marca a consolidação do paradigma inclusivo na rede, visível tanto na ampliação das edições especiais sobre o tema quanto na evolução conceitual dos textos. Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), projetos escolares e relatos de práticas publicados na revista evidenciam a emergência de um discurso institucional mais articulado. Textos como os de Chain e Barros (2004) e Medeiros (2004) indicam a passagem de uma visão deficitária para uma compreensão mais sociocultural da aprendizagem, aproximando-se dos pressupostos vigotskianos. Os relatos desse período destacam a relevância da gestão escolar, a necessidade de articulação entre setores da Secretaria e o fortalecimento dos espaços formativos. Nesse cenário, a revista cumpre dupla função, pois registra as ações da rede e, simultaneamente, produz sentidos que ajudam a consolidar a inclusão como valor político-pedagógico.

A análise das edições posteriores (2012–2024) revela a maturidade institucional da política de Educação Especial, com destaque para a profissionalização do periódico, a indexação

acadêmica e a ampliação do diálogo com pesquisas universitárias. Artigos como os de Martins e Matias (2016), Carvalho (2018) e Paula, Costa e Carvalho (2021) mostram um deslocamento no tipo de problematização. A discussão sai do campo da implementação e passa a abordar desafios mais estruturais, como o papel da bidocência, o impacto da formação docente, a atuação dos CAEEs e as barreiras atitudinais persistentes. Também cresce o interesse por abordagens contemporâneas, como a acessibilidade digital e o uso de recursos de tecnologia assistiva, o que demonstra atualização constante das práticas inclusivas no município.

A edição comemorativa de 30 anos (2023) é especialmente simbólica para esta análise, pois sintetiza o reconhecimento institucional da revista como instrumento de história e como arquivo da política educacional municipal. Os textos de Venâncio e Alcântara (2023) e de Grazzinoli (2023) confirmam que o periódico se tornou, com o tempo, uma ferramenta para compreender a evolução histórica da Educação Especial na rede municipal, não apenas como repositório documental, mas como agente na construção e consolidação dessa política. Ao registrar ações, reflexões e práticas docentes, a revista produz uma narrativa que reitera conquistas e permite compreender a interdependência entre formação, implementação de políticas e desenvolvimento da cultura inclusiva local.

Além da categorização descrita no Quadro 2, indicamos a presença de mudanças terminológicas ao longo desses 30 anos, indicadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Mudanças Terminológicas na *Revista Cadernos do/para o Professor* (1993–2024)

Período	Termos Predominantes	Característica Discursiva	Exemplos de Volumes
1993–1999	Portadores de deficiência, excepcionais, necessidades especiais, alunos especiais, condutas típicas	Léxico marcado pelo modelo clínico/biomédico; foco na adaptação do aluno e na integração.	Nº 4 (1994), Nº 7 (1998), Nº 9 (1999)
2000–2003	Dificuldades, integração, adequações, alunos com necessidades educativas especiais	Período de transição influenciado por Salamanca (1994); surgem primeiras referências à escola para todos.	Especial 2000, Especial 2003
2004–2011	Educação Inclusiva, direito à diversidade, deficiência, participação, acesso, equidade	Consolidação discursiva do paradigma inclusivo; abandono progressivo do vocabulário clínico.	Edições Especiais 2004 e 2005; Nº 22 (2011)
2012–2024	AEE, CAEE, acessibilidade, tecnologia assistiva, bidocência, barreiras, surdez, Altas Habilidades/Superdotação	Vocabulário especializado alinhado às políticas nacionais (2008/2009); enfoque pedagógico e sociocultural.	Nº 29 (2015), Nº 32 (2016), Nº 35 (2018), Nº 41 (2021), Nº 46 (2023)

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 3 evidencia as mudanças terminológicas presentes na revista entre 1993 e 2024. Na década de 1990, predominam termos associados ao paradigma da integração e à lógica clínico-adaptativa. Nos anos 2000, observa-se um vocabulário de transição, influenciado pelas discussões internacionais sobre escola para todos. A partir de 2004, consolidam-se expressões ligadas à Educação Inclusiva, à diversidade e à participação. Nas edições mais recentes, aparecem termos especializados, como AEE, CAEE, acessibilidade, tecnologia assistiva, bidocência e barreiras, revelando maior alinhamento às políticas nacionais e aos debates contemporâneos da área.

Assim, a análise dos volumes evidencia que as mudanças conceituais identificadas, tais como o abandono progressivo de termos como *portadores de deficiência* e *alunos excepcionais*, revelam uma transformação epistemológica mais profunda. A revista permite observar como o discurso da rede municipal se desloca do modelo clínico para o modelo social de deficiência, alinhando-se às contribuições de Vigotski (2017), Mantoan (2003), Pletsch (2014) e dos Estudos da Deficiência. O periódico registra a história da Educação Especial em Juiz de Fora, já que participa de sua construção, legitimando práticas, consolidando valores e contribuindo para a afirmação da inclusão como princípio orientador das políticas educacionais.

Considerações finais

As análises realizadas ao longo deste estudo permitem afirmar que a *Revista Cadernos do/para o Professor* constitui um dos mais importantes arquivos da história educacional da rede municipal de Juiz de Fora, especialmente no que se refere à construção histórica da Educação Especial. Seus registros atravessam três décadas de transformações políticas, conceituais e pedagógicas, revelando o percurso institucional do município e os movimentos mais amplos das políticas nacionais e internacionais de inclusão. Nesse sentido, o periódico funciona como um observatório privilegiado do modo como a rede municipal traduziu, incorporou e ressignificou a agenda da educação inclusiva em diferentes momentos históricos.

Os achados demonstram que a revista registra, de forma clara, a transição conceitual do paradigma da integração para o paradigma inclusivo, evidenciando a superação de modelos clínicos e biologizantes que marcaram as décadas iniciais. O *corpus* documental mostra que, a partir dos anos 2000, a rede municipal iniciou um processo de reorganização institucional robusto, ampliando serviços, fortalecendo formações e assumindo uma posição de

protagonismo regional. A presença contínua de temas como diversidade, acessibilidade, AEE, tecnologia assistiva e participação docente revela maturação conceitual que se alinha às produções teóricas contemporâneas e aos marcos normativos nacionais.

Ao mesmo tempo, a revista evidencia a construção gradual de uma cultura institucional voltada para o reconhecimento da diversidade como princípio estruturante da escola. Os discursos pedagógicos publicados apresentam reflexões críticas sobre práticas excludentes, problematizam a medicalização e defendem abordagens socioculturais e histórico-críticas da deficiência. Esses discursos não apenas informam, mas formam, já que atuam como dispositivos que orientam concepções de professores, gestores e formadores, contribuindo para transformar o cotidiano escolar e fortalecer práticas mais equitativas e inclusivas.

Outro aspecto fundamental observado é a transformação do periódico em si, que deixou de ser um informativo técnico para se tornar, ao longo dos anos, um instrumento político, formativo e científico. As mudanças no layout, no título, na periodicidade, na qualidade editorial e na indexação demonstram a profissionalização da revista e sua inserção em circuitos mais amplos de circulação acadêmica. Essa transformação confere ao periódico legitimidade e potência, permitindo que ele opere como espaço de produção de conhecimento sobre educação e inclusão.

Por fim, este estudo reafirma que a *Revista Cadernos do/para o Professor* desempenha papel fundamental na preservação da história da Educação Especial em Juiz de Fora, funcionando como documento de resistência frente a tentativas de retrocesso e apagamento das conquistas históricas. Seus registros contribuem para compreender o que foi construído, reconhecer desafios ainda presentes e sustentar, com base documental, a continuidade e o aprimoramento das políticas inclusivas no município. Assim, as análises aqui desenvolvidas reforçam que a preservação e a valorização de registros institucionais como este periódico são essenciais para que possamos, como defende Paulo Freire, compreender o ontem, agir no hoje e projetar um amanhã mais justo, acessível e inclusivo para todos os estudantes.

Referências

AGUIAR, Thiago Borges de; LEONARDI, Paula; PERES, Fernando Antonio. Ginzburg na oficina do historiador da educação: algumas considerações metodológicas. *Cadernos de História da Educação*, v. 20, p. 1-18, e29, 2021.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In.: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 16 maio 2026.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009*. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 16 maio 2026.

CARVALHO, Vanessa da Silva. Atendimento educacional especializado: formação e prática docente no município de Juiz de Fora. *Revista Cadernos para o Professor*, Ano XXV, n. 35, p. 112-123. Juiz de Fora: Secretaria Municipal de Educação, 2018.

CHAIN, Iza Gomes da Cunha; BARROS, Andréa Barros de Souza. Relato Escola Núbia P. Magalhães/CAIC. *Revista Cadernos do Professor*, Edição Especial – Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, p. 20-35. Juiz de Fora: Secretaria Municipal de Educação, 2004.

FERREIRA E ARAGÃO, Maria Cristina. Sol, um contexto lúdico. *Cadernos para o Professor*, Juiz de Fora, ano VI, n. 7, p. 53-58, dez. 1998.

FONTES, Mariana Rocha. *Da lei ao fazer pedagógico: as leis que amparam e os primeiros passos que contribuem para a Educação Inclusiva*. *Revista Cadernos para o Professor*, Edição Especial – Educação Inclusiva, p. 47-56. Juiz de Fora: Secretaria Municipal de Educação, 2011.

FRANKLIN, Tânia. *História da Educação Especial em Juiz de Fora*. *Revista Cadernos do Professor*, Edição Especial – Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, p. 22-30. Juiz de Fora: Secretaria Municipal de Educação, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRAZZINOLI, Raquel Xavier. História das Políticas de Educação Especial em Juiz de Fora. *Revista Cadernos para o Professor*, Edição Especial – 30 anos, n. 46, p. 1-13. Juiz de Fora: Secretaria Municipal de Educação, 2023.

JUIZ DE FORA. Secretaria Municipal de Educação. Construindo o “Caminho Novo”: na volta às aulas a gente mostra a escola que a gente quer. *Cadernos para o Professor*, Juiz de Fora, ano VII, n. 9, p. 60-73, nov. 1999.

JUIZ DE FORA. Secretaria Municipal de Educação. Proposições para o Plano de Ação 2001–2004. *Cadernos para o Professor*, Juiz de Fora, ano IX, n. 12, p. 86-91, maio 2001a.

JUIZ DE FORA. Secretaria Municipal de Educação. Congresso Municipal de Educação: Diretriz 1 — inclusão social e acesso. *Cadernos para o Professor*, Juiz de Fora, ano IX, n. 13, p. 64-66, nov. 2001b.

JUIZ DE FORA. Secretaria de Educação. A escola pública municipal em Juiz de Fora: a educação na construção do espaço público e democrático. *Cadernos do Professor* - Edição especial, p. 11-32, 2003.

JUIZ DE FORA. Secretaria de Educação. Compromisso com a inclusão. *Cadernos do Professor: Educação Inclusiva — direito à diversidade*, Juiz de Fora, ano XV, Edição Especial, p. 4, 2008-2009.

LAU, Rachel Gomes. As relações do ensinar e o aprender na escola. *Cadernos do Professor: Educação Inclusiva — direito à diversidade: formação de gestores e educadores*, Juiz de Fora, ano XIII, ed. esp., p. 73-76, ago. 2005.

MANTOAN, Maria Tereza. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Gabriel Pigozzo Tanus Chep. A igualdade de oportunidades e a surdez. *Revista Cadernos para o Professor*, Ano XXII, n. 29, p. 44-58, 2015.

MARTINS, Catarina Xavier; MATIAS, Virgínia Coeli Bueno. Bidocência na perspectiva da inclusão de alunos com deficiência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. *Revista Cadernos para o Professor*, Ano XXIII, n. 32, p. 60-71, 2016.

MEDEIROS, Andréa Borges de. Buscando o nosso jeito de caminhar: um relato. *Cadernos do Professor: Educação Inclusiva — Direito à Diversidade*, Juiz de Fora, ano XII, ed. esp., p. 107-110, nov. 2004.

MIRANDA, Sonia. Entrevista. *Revista Cadernos para o Professor*, Edição Especial 25 anos, n. 37, 2019, p. 13-52.

MORAES, Edna Christine Silva. Dança inclusiva. *Cadernos para o Professor*, Juiz de Fora, ano VI, n. 7, p. 50-52, dez. 1998.

MOREIRA, Margareth. Histórico do Serviço de Educação Especial. *Revista Cadernos do Professor*, Edição Especial – *Escola do Caminho Novo*, Juiz de Fora: Secretaria Municipal de Educação, 2000.

NOBRE, Luciane. Na escuridão, uma luz: trajetória da E.M. Cosette de Alencar. *Revista Cadernos para o Professor*, nº 11, p. 45-62, 2000.

OLIVEIRA, Luciana Aparecida de. Vygotsky e a defectologia: contribuições para a educação de sujeitos com surdez. *Cadernos do Professor: Educação Inclusiva — Direito à Diversidade*, Juiz de Fora, ano XII, ed. esp., p. 37-49, nov. 2004.

OLIVER, Michael. *The Politics of Disablement*. London: Macmillan, 1990.

PAULA, Fludualdo Talis de; COSTA, Maraiza Marja Gomes da; CARVALHO, Rita de Cássia Matheus. A prática da inclusão através da audiodescrição. *Revista Cadernos para o Professor*, Ano XXVIII, n. 41, p. 56-76, 2021.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Intermeios, 2015.

PLETSCH, Márcia Denise. *Repensando a inclusão escolar*. Rio de Janeiro: NAU, 2014.

SANTOS, Sarah. Discutindo a educação infantil inclusiva: entre o real e o ideal. *Revista Cadernos para o Professor*, Especial, p. 23-45, 2005.

SARMENTO, Diva. Texto de abertura. *Revista Cadernos do Professor*, Edição Especial – *Escola do Caminho Novo*, Juiz de Fora: Secretaria Municipal de Educação, p. 1-15, 2000.

SHAKESPEARE, Tom. *Disability Rights and Wrongs*. London: Routledge, 2006.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE, 1994.

VENÂNCIO, Marilane Oliveira; ALCÂNTARA, Quênia Adriana de. Cadernos para o Professor: 30 anos. *Revista Cadernos para o Professor*, Edição Especial – 30 anos, n. 46, Juiz de Fora: Secretaria Municipal de Educação, p. 33-46, 2023.

VISENTIN, Sandra. Caminhos e possibilidades da Educação Física para portadores de deficiência. *Cadernos para o Professor*, Juiz de Fora, ano 2, n. 4, p. 23-24, set. 1994.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Fundamentos da defectologia. In: VIGOTSKI, L. S. *Obras reunidas*. Volume 5. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

WORLD CONFERENCE ON EDUCATION FOR ALL - WCEFA. *Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação*. Jomtien, 1990.

SOBRE OS AUTORES

Raquel Xavier Grazzinoli. Mestrado em Educação Inclusiva, pela Unesp Presidente Prudente. Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professor da rede municipal de educação de Juiz de Fora.

Contribuição de autoria: Conceitualização; curadoria de dados; análise formal; investigação; metodologia; visualização; escrita – primeira redação; escrita – revisão e edição.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1148770193554081>

Rodolfo Luís Leite Batista. Conhecimento e Inclusão Social, pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professor da Faculdade de Educação e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Contribuição de autoria: Curadoria de dados; investigação; análise formal; visualização; escrita – primeira redação; escrita – revisão e edição.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5022230715344459>

Victor Cristian Pereira de Sousa. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Estudante. Grupo de Pesquisa ACINC/ UFJF - Não Bolsista

Contribuição de autoria: Conceitualização; metodologia; administração do projeto; aquisição de financiamento; recursos; supervisão; validação; escrita – revisão e edição.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6411285304962405>

AUTODECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Os autores declaram que a pesquisa observou os princípios éticos da produção científica, com atenção à integridade das fontes, à correta atribuição de autoria, à fidedignidade na análise documental e ao uso responsável das informações mobilizadas. Por se tratar de estudo documental e bibliográfico, realizado a partir de edições publicadas da revista *Cadernos para o Professor* e de documentos de acesso público, sem participação direta de seres humanos ou coleta de dados pessoais identificáveis, não houve submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Os autores declaram também que não houve uso de ferramentas de inteligência artificial generativa na elaboração, análise, redação, revisão ou edição do artigo. A concepção do estudo,

a construção argumentativa, as decisões metodológicas, a análise dos dados, as conclusões e a versão final submetida permanecem sob responsabilidade integral da autoria.

Submetido em: 04.12.25

Aprovado em: 12.05.26

Publicado em: 01.08.26